



Senhor Presidente da Assembleia
Senhoras e Senhores Deputados
Senhor Presidente do Governo
Senhora e Senhores Membros do Governo

Após mais de trinta anos de Autonomia, estão em fase de conclusão em quase todas as ilhas dos Açores as infra-estruturas indispensáveis à qualidade de vida dos açorianos.

Devemos agora concentrar os nossos recursos e fortalecer a prioridade de afectação de verbas à promoção do investimento privado e ao fomento de uma educação e por uma formação profissional e científica cada vez mais avançadas para cada açoriano.

Paralelamente à actividade empresarial, devem ser objectivos prioritários, o reforço da rede regional de infraestruturas e serviços destinados às empresas, o desenvolvimento da sociedade de informação e conhecimento, particularmente na promoção da investigação no contexto empresarial e da acessibilidade às novas tecnologias, qualificando os recursos humanos de forma exponencial, nomeadamente através do aprofundamento e diversificação das condições de empregabilidade, no apoio à requalificação de activos, incorporando nos nossos recursos humanos condições para assimilar novas competências e assim, contribuir para a competitividade regional.

A par dos investimentos em infra-estruturas materiais e em recursos humanos, a inovação é outro dos factores-chave do sucesso no desenvolvimento regional.

Mas, embora as políticas de desenvolvimento tenham dinâmicas geradoras de ritmos equilibrados, continua a verificar-se um crescimento assimétrico, mercê de condicionantes arquipelágicas que importa atenuar, no sentido de que as parcelas que integram o espaço territorial da Região se desenvolvam dentro das suas capacidades e especificidades.

Neste sentido, o Governo dos Açores tem vindo a criar mecanismos de correcção da situação económica das ilhas onde, devido à dimensão e a condicionalismos de mercado, é menos atractivo o investimento privado, tentando assim reduzir as desvantagens que estas ilhas apresentam, inculcando ao investimento público um maior esforço e dando condições diferenciadas aos privados através da majoração dos incentivos, com o objectivo de fomentar a coesão económica, social e territorial da Região.



Foram identificadas como estando dentro destes parâmetros as ilhas de Santa Maria, Graciosa, São Jorge, Flores e Corvo, tendo-se criado legislação específica tendente a impulsionar o seu processo de desenvolvimento, para que, com uma geração de novas políticas que está em curso, se impulsione o desenvolvimento das mesmas, de forma articulada e coerente.

Para o efeito, foi criado o Fundo Regional de Apoio à Coesão e ao Desenvolvimento Económico, envolvendo diversos instrumentos de intervenção pública vocacionados para o reforço da coesão em todo o espaço regional. Foi também constituída uma empresa denominada “Ilhas de Valor”, sob a forma de sociedade anónima de capitais públicos, que, em inteira articulação com a Direcção Regional de Apoio à Coesão Económica do Governo Regional, vem assumindo uma função instrumental e operativa em todas as cinco ilhas seleccionadas para o maior esforço do Fundo de Coesão.

Desta forma, foi dado um sinal público da vontade política de injectar dinamismo económico nestas ilhas, através da possibilidade de se desenvolver parcerias com o sector privado, em sectores de actividade considerados essenciais para as economias locais, permitindo a concretização de empreendimentos de carácter estratégico, cuja realização seria pouco viável sem a participação de investimento público.

Através dos novos sistemas de incentivos, pretendeu-se promover a coesão económica e social atribuindo uma discriminação positiva dos investimentos que se realizem nestas ilhas no que diz respeito ao valor do incentivo a atribuir, configurando-se como a forma de criar condições únicas de atracção do investimento, com políticas estruturais que visam combater a actual situação, insuflando novo ânimo na actividade económica.

Como exemplos, nas ilhas do Corvo, Flores, Graciosa, S. Jorge e Santa Maria o limite mínimo para a concessão de benefícios fiscais em regime contratual é de apenas 500 mil euros, contra 2,5 milhões nas restantes ilhas; as deduções à colecta de lucros reinvestidos das empresas são de 40%, o dobro do que, por exemplo, são em Ponta Delgada; é dada prioridade aos pedidos de formação na área das pescas; é também dada prioridade aos pedidos de construção e modernização de embarcações de pesca; foram majorados os apoios aos órgãos de comunicação social; foi igualmente majorado o regime de apoios à aquisição, construção, recuperação e manutenção de habitações; as obras de recuperação de habitação degradada beneficiam de apoios públicos 15 % acima dos aplicáveis nas outras ilhas da Região; há uma bonificação de 25% nos incentivos à criação de postos de trabalho; diversos programas, como o SIDEL, o SIDEPE, o Pro-Energia e o Empreende Jovem, contemplam apoios suplementares; o Estagiar L passou de seis meses para uma duração de dois anos; vigoram tarifas mais reduzidas no transporte aéreo; e são integralmente



pagos os encargos resultantes da aplicação do plano regional de tratamento de resíduos sólidos.

Com esta geração de novas políticas pretende-se que o investimento prioritário seja nas pessoas, na formação dos quadros, que se crie uma economia regional baseada em vantagens competitivas, de forma a se poder pensar e agir localmente.

A ilha de Santa Maria, como todas aquelas que estão incluídas no grupo das ilhas de coesão, poderá dizer que, aproveitando o novo quadro comunitário, assim como os incentivos regionais com base no Fundo de Coesão Regional, com todas estas vantagens e disponibilidade económica, se deveriam resolver os problemas de falta de investimento privado em que vive.

Nada mais errado, porque o que o Governo fez, e bem, foi criar instrumentos para se inverter a situação actual daquelas ilhas e, por consequência, do tecido económico mariense, muito dependente dos serviços de controlo aéreo e aeroportuários, ocupando a pecuária e a pesca lugares modestos no Produto Interno Bruto (PIB) da ilha. Mas falta o investidor, que aproveite todas estas mais valias atrás identificadas, atendendo a que os empresários marienses não têm nem dimensão, nem mercado para o aproveitamento destes incentivos.

A ilha de Santa Maria enquadra-se num espaço periférico, no contexto regional e ultraperiférico, no contexto europeu, com potencialidades que importa divulgar, estando na ordem do dia o modelo de desenvolvimento que se deve seguir.

Neste sentido um novo modelo de desenvolvimento tem de adquirir um estatuto de centralidade no sistema social e político mariense, dado que sem esta identificação e a capacidade prospectiva necessária para encarar os desafios do futuro, existirá sempre um clima de incerteza.

A sua localização geográfica confere à ilha uma centralidade entre Continentes, o que constitui uma posição privilegiada relativamente à aviação comercial e a possibilidade do incremento das escalas técnicas dos voos que atravessam o Atlântico Norte, assim como para um conjunto de actividades ligadas à aviação comercial.

A criação de um Cluster Aeronáutico Nacional poderá também ser um dos aproveitamentos das magníficas infra-estruturas, constituídas pelas pistas e espaços adjacentes ao Aeroporto de Santa Maria.



A centralidade intercontinental da ilha poderá, também, ser o patamar para a criação de um “cluster” tecnológico, na sediação de empresas ligadas às novas tecnologias de informação e comunicação (TIC). Realça-se que no presente existem protocolos assinados entre a Região e as empresas ESA/EDISOFT, que podem ser integrados no âmbito deste projecto.

Com o objectivo de potenciar os investimentos turísticos, em projecto, ou em curso, será fundamental a captação de investimento na área da animação, de forma a prolongar a estadia dos visitantes.

O turismo na ilha de Santa Maria apresenta um potencial que se encontra ainda subaproveitado, sendo esta uma das actividades de maior relevância para o processo de revitalização da base económica local, devendo esta aposta sectorial ser entendida num quadro mais amplo de relações que o turismo pode estabelecer com outras áreas de actividade.

Outras das capacidades identificadas, que poderão ser investimentos de sucesso, em que existem, inclusive, no momento, empresários interessados em investir, situam-se nas áreas da aquacultura e floricultura.

Relativamente à aquacultura, o Livro Verde da Política Marítima Europeia afirma que é um objectivo encontrar, nas políticas direccionadas para o mar, o sustentáculo de desenvolvimento e crescimento socioeconómicos das regiões periféricas e ultraperiféricas da Europa.

A partir do presente ano, a União Europeia passa a co-financiar, até 75% a fundo perdido, os projectos de aquacultura. É de salientar que os apoios especiais para o sector das pescas vão ser fortemente reduzidos, uma redução que vai afectar, sobretudo, a renovação das frotas pesqueiras.

Pretende-se, assim, contribuir para identificar algumas das potencialidades endógenas conhecidas da ilha de Santa Maria, necessitando as mesmas de ser colocadas à consideração de potenciais investidores.

Senhor Presidente da Assembleia
Senhoras e Senhores Deputados
Senhor Presidente do Governo
Senhora e Senhores Membros do Governo

O Governo tem vindo a promover o investimento público nas ilhas com condições mais fragilizadas, e tendo em conta que os processos de crescimento económico não decorrem de forma simultânea, as dinâmicas locais são muito importantes.



Como exemplo, lembramos que, na ilha Graciosa, neste momento, está em construção um hotel, assim como está em preparação o concurso para empreitada da remodelação e reabilitação das termas do Carapacho.

Nas Flores, está decorrendo a empreitada para a construção do Hotel do Boqueirão e o respectivo Centro Interpretativo.

No Corvo, foi lançado o concurso público internacional para a construção de uma embarcação de transporte de passageiros entre o Corvo e as Flores.

Em São Jorge, está concluído o projecto da Pousada da Juventude para o Concelho da Calheta. De seguida será a fase de licenciamento e depois a fase de concurso público para a respectiva empreitada. Também nesta ilha está em fase de conclusão a elaboração do projecto de construção do parque de campismo da Fajã da Caldeira do Santo Cristo, bem como a electrificação das diversas Fajãs.

Em Santa Maria, está a ser concluída a construção da 1ª fase do Núcleo de Recreio Náutico de Vila do Porto, seguindo-se o concurso da 2ª fase, que inclui uma pequena alteração ao cais de passageiros e ainda a ampliação da zona de pescas do Porto de Vila do Porto. Também está em elaboração o projecto do Campo de Golfe, seguindo-se a aquisição dos terrenos e a sua construção.

Muito do sucesso expectável do projecto “Ilhas de Coesão” passa pela capacidade de captação e atracção de investimento externo e no aproveitamento das capacidades endógenas, que cada ilha deve recensear.

Não temos dúvidas de que, se a ideia for agarrada, será uma das formas de favorecer o desenvolvimento destas ilhas, atraindo investidores, criando postos de trabalho e riqueza, permitindo assim fixar os nossos jovens e garantir uma melhor qualidade de vida para as suas populações.

Disse.

Horta, Sala das Sessões, 19 de Fevereiro de 2008.